PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3128/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 249/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE URUÇUÍ/PI, E EDILBERTO L. COSTA CONSTRUCAO – ME

O **MUNICÍPIO DE URUÇUÍ, ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o **nº 06.985.832/0001-90**, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. GILBERTO GONÇALVES SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, médico, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **EDILBERTO L. COSTA CONSTRUCAO – ME**, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº **05.905.537/0001-14**, sediado(a) na **AV. AIRTON SENNA, 370, AEROPORTO, CEP. 64.860-000** em **URUÇUÍ-PIAUÍ**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por EDILBERTO LOPES COSTA – SÓCIO ADMINISTRADOR, (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **3128/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUÍ-PI**, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS	UND.	QNT.	V.UNT.	V.TOTAL
	ITENS DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP					
11	CAP SOLDAVEL 50mm.	PLASTUB	UND	80	R$ 2,52	R$ 201,60
12	CAP SOLDÁVEL 60mm.	PLASTUB	Unid.	80	R$ 5,30	R$ 424,00
14	COLA PARA CANO PVC, 75G.	POLYTUBES	Unid.	160	R$ 3,75	R$ 600,00
15	COLA PARA CANO PVC, 850G.	POLYTUBES	Unid.	160	R$ 26,99	R$ 4.318,40
17	COLAR SOLDÁVEL DE TOMADA, MEDIDAS: 50 x 3/4".	TIGRE	Unid.	160	R$ 7,13	R$ 1.140,80
19	COLAR SOLDÁVEL DE TOMADA, MEDIDAS: 60 x 1/2".	TIGRE	Unid.	160	R$ 11,11	R$ 1.777,60
21	COLAR SOLDÁVEL DE TOMADA, MEDIDAS: 110 x 1/2".	TIGRE	Unid.	160	R$ 11,74	R$ 1.878,40
24	CURVA SOLDÁVEL DE 25MM, CURTA.	PLASTUB	Unid.	160	R$ 3,15	R$ 504,00
26	CURVA SOLDÁVEL DE 40MM, CURTA.	PLASTUB	Unid.	160	R$ 10,03	R$ 1.604,80
27	CURVA SOLDÁVEL DE 50MM, CURTA.	PLASTUB	Unid.	160	R$ 12,29	R$ 1.966,40

32	FLANGE SOLDÁVEL 32MM.	PLASTUB	Unid.	80	R$ 11,19	R$ 895,20
35	FLANGE SOLDÁVEL 60MM.	PLASTUB	Unid.	80	R$ 20,93	R$ 1.674,40
37	JOELHO SOLDÁVEL 25MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 0,79	R$ 189,60
41	JOELHO SOLDÁVEL 60MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 11,88	R$ 2.851,20
44	JOELHO SOLDÁVEL LR 25 x 3/4MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 2,00	R$ 480,00
46	LUVA SOLDÁVEL LR 20x1/2MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 0,97	R$ 232,80
50	LUVA SOLDÁVEL 20MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 0,67	R$ 160,80
51	LUVA SOLDÁVEL 25MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 0,59	R$ 141,60
52	LUVA SOLDÁVEL 32MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 1,46	R$ 350,40
57	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER 20MM.	KRONA	Unid.	320	R$ 6,05	R$ 1.936,00
58	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER 25MM.	KRONA	Unid.	320	R$ 8,67	R$ 2.774,40
59	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER 32MM.	KRONA	Unid.	160	R$ 8,97	R$ 1.435,20
67	LUVA DE REDUÇÃO 40X20MM.	FORTLEV	Unid.	160	R$ 3,24	R$ 518,40
68	LUVA DE REDUÇÃO 40X25MM.	FORTLEV	Unid.	160	R$ 3,50	R$ 560,00
69	LUVA DE REDUÇÃO 50X20MM.	FORTLEV	Unid.	160	R$ 3,07	R$ 491,20
72	LUVA DE REDUÇÃO 50X40MM.	FORTLEV	Unid.	200	R$ 3,45	R$ 690,00
75	REGISTRO SOLDÁVEL 20MM.	HERC	Unid.	240	R$ 4,95	R$ 1.188,00
83	REGISTRO PRESSÃO SOLDÁVEL 25MM.	HERC	Unid.	240	R$ 6,86	R$ 1.646,40
87	TÊ SOLDÁVEL 20MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 1,09	R$ 261,60
88	TE SOLDAVEL 25MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 1,21	R$ 290,40
89	TE SOLDAVEL 32MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 1,95	R$ 468,00
91	TE SOLDAVEL 50MM.	FORTLEV	Unid.	240	R$ 7,84	R$ 1.881,60
92	TÊ SOLDÁVEL 60MM.	FORTLEV	Unid.	160	R$ 7,99	R$ 1.278,40
97	TUBO SOLDÁVEL 25MM, COM 6 M.	PRECON	Unid.	480	R$ 13,01	R$ 6.244,80
	ITEM DESTINADO À AMPLA PARTICIPAÇÃO					
100	TUBO SOLDÁVEL 50MM, BARRA COM 6 METROS.	PRECON	Unid.	1.500	R$ 39,78	R$ 59.670,00
	ITEM DESTINADO À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP					
102	TUBO SOLDÁVEL 60MM.	PRECON	Unid.	400	R$ 69,32	R$ 27.728,00
	ITENS DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP					
105	UNIÃO SOLDÁVEL 20MM.	TIGRE	Unid.	400	R$ 3,15	R$ 1.260,00
106	UNIÃO SOLDÁVEL 25MM.	TIGRE	Unid.	400	R$ 4,45	R$ 1.780,00
107	UNIÃO SOLDÁVEL 32MM.	TIGRE	Unid.	400	R$ 7,22	R$ 2.888,00

108	UNIÃO SOLDÁVEL 40MM.	TIGRE	Unid.	400	R$ 10,95	R$ 4.380,00
111	ASSENTO ALMOFADADO.	HERC	Unid.	80	R$ 48,62	R$ 3.889,60
114	BOIA ELÉTRICA PARA USO EM CAIXA D'ÁGUA.	ANAUGER	Unid.	120	R$ 37,31	R$ 4.477,20
115	BUCHA ESPUD PARA VASO.	TIGRE	Unid.	160	R$ 2,53	R$ 404,80
116	CAIXA DE DESCARGA DE PLÁSTICO.	GRANPLAST	Unid.	240	R$ 27,32	R$ 6.556,80
117	CAP ESGOTO 100mm.	TIGRE	Unid.	80	R$ 4,57	R$ 365,60
118	CAP ESGOTO 40mm.	TIGRE	Unid.	80	R$ 1,67	R$ 133,60
121	CHUVEIRO COMUM.	HERC	Unid.	320	R$ 11,82	R$ 3.782,40
122	CURVA DE ESGOTO 100MM, CURTA.	TIGRE	Unid.	80	R$ 10,79	R$ 863,20
124	ENGATE FLEXÍVEL, 50CM.	ALUMASA	Unid.	160	R$ 5,85	R$ 936,00
126	JOELHO ESGOTO 45°, 40MM.	PLASTUBOS	Unid.	96	R$ 1,68	R$ 161,28
128	JOELHO ESGOTO 45°, 75MM.	PLASTUBOS	Unid.	96	R$ 6,58	R$ 631,68
131	JOELHO ESGOTO NORMAL, 100MM.	TIGRE	Unid.	80	R$ 4,87	R$ 389,60
133	LUVA ESGOTO 100MM.	TIGRE	Unid.	80	R$ 5,38	R$ 430,40
134	LUVA ESGOTO 150MM.	TIGRE	Unid.	80	R$ 10,32	R$ 825,60
135	LUVA ESGOTO 40MM.	TIGRE	Unid.	80	R$ 1,31	R$ 104,80
136	LUVA ESGOTO 50MM.	TIGRE	Unid.	80	R$ 2,40	R$ 192,00
141	REDUÇAO ESGOTO, 50X40MM.	FORTLEV	Unid.	40	R$ 3,10	R$ 124,00
143	REDUÇAO ESGOTO, 100X75MM.	FORTLEV	Unid.	40	R$ 4,79	R$ 191,60
144	REDUÇAO ESGOTO, 150X100MM.	FORTLEV	Unid.	40	R$ 12,53	R$ 501,20
145	SIFÃO TRIPLO.	DOCOL	Unid.	160	R$ 15,50	R$ 2.480,00
146	SIFÃO SANFONADO SIMPLES.	DOCOL	Unid.	160	R$ 3,67	R$ 587,20
147	SIFÃO SANFONADO DUPLO.	DOCOL	Unid.	160	R$ 13,52	R$ 2.163,20
148	TÊ ESGOTO 100MM.	FORTLEV	Unid.	80	R$ 8,66	R$ 692,80
150	TÊ ESGOTO 40MM.	FORTLEV	Unid.	80	R$ 3,55	R$ 284,00
151	TÊ ESGOTO 50MM.	FORTLEV	Unid.	80	R$ 4,19	R$ 335,20
156	TUBO ESGOTO 200MM.	PRECON	Unid.	160	R$ 143,33	R$ 22.932,80
157	TUBO ESGOTO 100MM.	TIGRE	Unid.	160	R$ 40,32	R$ 6.451,20
158	TUBO ESGOTO 40MM, COM 6M.	TIGRE	Unid.	160	R$ 18,32	R$ 2.931,20
159	TUBO ESGOTO 50MM, COM 6M.	TIGRE	Unid.	160	R$ 30,48	R$ 4.876,80
160	TUBO ESGOTO 75MM, COM 6M.	TIGRE	Unid.	160	R$ 38,46	R$ 6.153,60
161	VÁLVULA DE LAVATÓRIO PVC.	GRAP	Unid.	160	R$ 5,23	R$ 836,80
	ITEM DESTINADO À AMPLA PARTICIPAÇÃO					

163	VASO SANITÁRIO SIMPLES.	CELITE	Unid.	180	R$ 149,74	R$ 26.953,20
	COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 163 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014)					
164	VASO SANITÁRIO SIMPLES.	CELITE	Unid.	75	R$ 149,74	R$ 11.230,50
	ITEM DESTINADO À AMPLA PARTICIPAÇÃO					
165	VASO SANITÁRIO ACOPLADO COM CAIXA.	CELITE	Unid.	120	R$ 249,12	R$ 29.894,40
	COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 165 RESERVADA PARA ME e EPP (INCISO III, ART. 48 DA LEI 147/2014)					
166	VASO SANITÁRIO ACOPLADO COM CAIXA.	CELITE	Unid.	50	R$ 249,12	R$ 12.456,00
	ITENS DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP					
169	RALO SIFONADO, 100x100x50, QUADRADO.	HERC	UNID	240	R$ 11,15	R$ 2.676,00
170	TORNEIRA PARA JARDIM, 3/4, PRETA.	HERC	Unid.	160	R$ 2,86	R$ 457,60
171	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO, BICA MOVEL.	TIGRE	Unid.	160	R$ 34,27	R$ 5.483,20
174	FILTRO PARA CAIXA D'ÁGUA, 9".	FRISBEL	Unid.	24	R$ 71,88	R$ 1.725,12
VALOR TOTAL:						**R$ 307.324,58**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 307.324,58 (trezentos e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/01/2026. (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de
30 (trintas) dias

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 5% a 15% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 5% a 15% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
020200	04.122.0022.2040.0000	339030	500
020402	10.301.0012.2016.0000	339030	600
020402	10.301.0012.2197.0000	339030	500
020402	10.302.0012.2163.0000	339030	500
020402	10.303.0012.2190.0000	339030	500
020501	12.361.0027.2205.0000	339030	500
020501	12.361.0027.2246.0000	339030	500/550
020502	12.361.0027.2203.0000	339030	540
020600	27.812.0021.2650.0000	339030	500
020700	15.451.0022.2324.0000	339030	500
020800	20.605.0028.2500.0000	339030	500
020901	18.541.0023.2481.0000	339030	500
021000	04.122.0022.2039.0000	339030	500
021102	08.243.0015.2140.0000	339030	660
021102	08.244.0015.2159.0000	339030	660
021102	08.244.0015.2142.0000	339030	660
021102	08.244.0015.2155.0000	339030	500
021700	26.782.0022.2612.0000	339030	500

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento contratual, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Uruçuí/PI, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Uruçuí (PI), 14 de setembro de 2026.

Gilberto Gonçalves Silva Júnior.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE URUÇUÍ-PI
CNPJ nº 06.985.832/0001-90
GILBERTO GONÇALVES SILVA JÚNIOR
CPF nº 028.368.723-14
PREFEITO MUNICIPAL

Edilberto Lopes Costa

CONTRATADO(A)
EDILBERTO L. COSTA CONSTRUCAO – ME
CNPJ: 05.905.537/0001-14
EDILBERTO LOPES COSTA
CPF Nº 412.499.843-00
SÓCIO ADMINISTRADOR

TESTEMUNHAS:

1- Raquel Martins de Sousa / CPF/MF 055.677.873-16

2- Cristy Lima / CPF/MF 209.438.703-34